

Resenha



Seguridade Social: desafios de sua gestão

HANA DAHER LOPES*

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da Seguridade Social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004. 255 p. ISBN: 85-249-1085-2

Como bem traduz Boschetti, não é recente e tão pouco desconhecida a relação construída pelo Serviço Social brasileiro com as políticas de seguridade social. A obra de Ademir Alves da Silva, que é a apresentação dos resultados de sua tese de doutoramento em Serviço Social e Políticas Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), retoma esse debate.

O livro tem como objeto central a gestão da seguridade social brasileira em sua acepção constitucional, abrangendo a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social. Há capítulos em que o autor focaliza as reformas previdenciárias de 1998 e 2003 e suas influências econômicas e sociais para a sociedade brasileira.

* Assistente Social, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho (Gesst/UnB). *E-mail*: hana.daher@gmail.com

Para o autor, o problema central de sua pesquisa é a tensão entre garantia de proteção social sob critérios de universalidade e o acesso seletivo a produtos do mercado de seguros sob juízo de mérito individual.

Silva apresenta as tensões da política pública *versus* competitividade mercantil como ponto-chave na exposição do Estado submisso aos ajustes neoliberais. O autor constrói sua argumentação questionando a existência de possibilidade de consolidação da gestão social da seguridade como política pública ou se essa irá sucumbir à estratégia de mercado, sendo reduzida à condição de subsidiária dos negócios na esfera privada.

No primeiro capítulo, Silva esclarece e demarca as preocupações com as transformações da sociedade contemporânea nos campos político-institucional, político-social, econômico, científico e cultural. Portanto, trabalha com as dificuldades de intervenção em uma realidade dinâmica, entre a política pública e a estratégia de mercado, principalmente devido ao deslocamento da gestão social da esfera público-estatal para a esfera privada e, com isso, a descaracterização da seguridade social como um direito.

Em uma obra anterior, Silva afirmou que a política social é concebida como uma arena de confrontos de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do excedente econômico apropriado pelo Estado (1997). O autor esclarece como as políticas públicas, sociais e econômicas, longe da idéia de um consenso social, expressam os conflitos de interesses das camadas e classes sociais, como uma privilegiada arena de luta política.

O segundo capítulo procura reunir elementos em torno da indagação sobre a compatibilidade de Estado de Bem-Estar Social com o capitalismo contemporâneo, utilizando

a investigação sobre as tendências da gestão social no contexto das novas relações entre Estado, sociedade civil e mercado. Portanto, os dois primeiros capítulos buscam traduzir as principais tendências da sociedade contemporânea e estabelecem um marco teórico e histórico da investigação sobre a gestão social.

O terceiro capítulo trata da desigualdade e da mercantilização da gestão social na América Latina como parte do ajuste neoliberal, tendo como referência a questão da democracia e as estratégias de combate às desigualdades sociais. Silva corrobora a idéia de que a consolidação da seguridade social é um instrumento de garantia de renda pela transferência, substituição, reposição ou complementação, supondo, assim, articulação com o mercado e não subordinação a ele.

A preocupação do quarto capítulo centra-se em identificar os deslocamentos e tendências mais importantes quanto à gestão social no Brasil. O autor busca expressar como o contexto que envolve a gestão social vem sendo marcado pelas medidas de privatização, de redução da intervenção estatal ou de implantação de formas híbridas de gestão social pela combinação da ação estatal com a de organismos privados. A propósito, Silva cita a obra de Behring (2003), que assinala que a contra-reforma do Estado no Brasil tem características de uma natureza destrutiva, regressiva, antinacional, antipopular e antidemocrática, uma vez que segue a agenda neoliberal e não comporta a solidariedade real.

No capítulo cinco, Silva analisa mais especificamente as reformas da previdência social brasileira de 1998 e 2003. Conclui que essas reformas ocultam e revelam interesses que extrapolam o sistema previdenciário público, dissociam a política da economia, reduzem a concepção de seguridade

social ao cálculo financeiro e atuarial. Assim sendo, as reformas acabam por isolar a questão do déficit do conjunto das questões relacionadas ao financiamento das ações do Estado, subordinando-se às exigências do Banco Mundial e do FMI, negligenciando o caráter redistributivo das políticas sociais.

Enfim, Silva apresenta em seu livro uma caracterização dos problemas e tendências do Estado de Bem-Estar Social em face da ofensiva neoliberal no contexto da prolongada crise capitalista. Realiza uma análise crítica das novas formas de gestão social, que têm como principal característica o deslocamento da responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Analisa, também, as duas últimas reformas previdenciárias, explorando o contexto de tensão em torno da garantia de proteção social.

Referências bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em tempos de contra reforma: Economia e Estado nos anos 90*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete Salete. *A Seguridade Social dilapidada: elementos determinantes de sua fragmentação no Brasil*. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq, UnB/SER, 2002. [Não publicado].
- SCHWARZER, Helmut. Algumas anotações sobre equívocos conceituais na discussão das reformas previdenciárias na América Latina. In: REFORMA previdenciária: vetores do debate contemporâneo. São Paulo: CEFKA, 1999. (Série Debates, n. 19).
- SILVA, Ademir Alves da. Políticas sociais e políticas econômicas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 55, p. 48-64, 1999.